



# **Diretrizes do BNDES para mudança climática**

Compromissos e desafios para  
uma transição justa

# APRESENTAÇÃO

A mudança climática é uma emergência global com impactos econômicos e sociais para gerações presentes e futuras. Para limitar o aquecimento global em até 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais – conforme compromisso estabelecido pelo Acordo de Paris –, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) devem ser sensivelmente reduzidas, objetivo que demanda grande esforço de cooperação mundial.

A emergência climática não impactará igualmente todos. Os efeitos adversos da perda de produtividade no campo, por exemplo, atingirão de forma mais intensa países agroexportadores, como o Brasil. Os desastres climáticos serão mais severos em países com déficit em infraestrutura econômica e social. Assim, é preciso articulação interna e externa para desenvolver políticas e novas soluções financeiras.

A realização da Conferência das Partes (COP) – encontro anual da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) – representa avanços significativos em termos de ação para redução das emissões de GEE pelos países, visando enfrentar a mudança do clima e seus efeitos. O Acordo de Paris, assinado em 2015, na COP 21, foi um marco especial ao estabelecer o compromisso real dos países com a redução das emissões de GEE e orientar a definição de contribuições nacionalmente determinadas (NDC, na sigla em inglês).

Com uma longa atuação na agenda socioambiental, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem hoje uma posição diferenciada na articulação público-privada voltada à elaboração e à execução de políticas públicas e investimentos relevantes. Diante da urgência de implementação de uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, o BNDES – um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo – é um agente para promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, incentivando a transição climática justa, a redução de emissões, a resiliência climática, a bioeconomia, a proteção da biodiversidade e a restauração ecológica.



Somos o maior financiador global de energias renováveis, com um papel pioneiro na expansão de fontes renováveis,<sup>1</sup> como a energia eólica e a solar. Esse protagonismo nos coloca em posição de destaque na transição energética nacional, resultado de uma trajetória marcada pelo apoio a soluções de energia renovável.

O BNDES é gestor de dois dos mais relevantes fundos relacionados aos temas “clima” e “florestas”. O Fundo Clima foi criado em 2009 para promover a redução de emissões de gases de efeito estufa e a adaptação aos efeitos da mudança do clima. Já o Fundo Amazônia, maior fundo de REDD+ do mundo, criado em 2008, tem forte atuação no combate ao desmatamento e no estímulo à produção sustentável na Amazônia Legal. O ano de 2023 representa um marco na história do Fundo Amazônia, com a retomada da aprovação de novos projetos.

---

<sup>1</sup> Conforme o *New Energy Outlook 2022*, levantamento realizado pela BloombergNEF (BNEF), serviço de pesquisa da Bloomberg especializado no setor de energia renovável, referente ao período de 2004 a 2022. Disponível em: <https://about.bnef.com/new-energy-outlook>.

Com o compromisso de desmatamento zero na Amazônia até 2030, o Brasil reforçou o monitoramento e a fiscalização. Em 2023, o resultado da nova política ambiental foi uma queda de 45% do desmatamento na floresta amazônica entre os meses de janeiro e agosto em relação ao mesmo período de 2022.\*

---

\* Dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) levantados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Disponíveis em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/aggregated>.

Ao longo de uma trajetória de 71 anos, o BNDES promoveu o desenvolvimento do país por meio do apoio aos diversos setores da economia, sempre incorporando o enfrentamento aos desafios que se apresentaram. Hoje, a agenda climática é parte estratégica e transversal de toda a nossa atuação, que contempla financiamento a projetos de energia renovável, eficiência energética, biogás, biometano, florestas, transporte limpo e muitas outras iniciativas que contribuem para as NDCs brasileiras e para a transição justa.

Acreditamos que a agenda climática deve ser vista de forma integrada às agendas sociais para promoção de uma transição justa na economia brasileira, com justiça climática e conservação e restauração de nossos biomas. A transição para uma economia neutra deve beneficiar todos, garantindo a segurança alimentar, reduzindo desigualdades e evitando que os efeitos das adversidades climáticas recaiam sobre as populações mais vulneráveis, com respeito e inclusão dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Nossa ambição climática está alinhada a nosso propósito de “melhorar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental” e a nossa visão de futuro de “ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico”. Mais do que nunca, vamos contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável do país, na escala e velocidade necessárias, em direção ao cumprimento global do Acordo de Paris até 2050. Já fizemos muito e podemos fazer muito mais no enfrentamento das mudanças climáticas.



**Acreditamos que a agenda climática deve ser vista de forma integrada às agendas sociais para promoção de uma transição justa na economia brasileira, com justiça climática e conservação e restauração de nossos biomas.**



# Ações climáticas e impactos positivos<sup>2</sup>

## ENERGIA RENOVÁVEL

(a partir do ano 2000)



US\$  
 **28,3** bilhões  
EM APROVAÇÕES

**395**   
PROJETOS APOIADOS

**68GW**   
DE CAPACIDADE



## BIOCOMBUSTÍVEIS

(a partir do ano 2000)

**150** milhões   
de toneladas de capacidade na  
INDÚSTRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

+ **120**   
de PROJETOS APOIADOS

## FUNDO AMAZÔNIA

(a partir do ano 2008)

US\$  
 **329,4** milhões  
DE APOIO

**75** milhões   
de hectares de área de floresta  
COM MANEJO SUSTENTÁVEL

**102**   
PROJETOS APOIADOS



<sup>2</sup> Conversão para valores em dólares considerando taxa de câmbio BRL/USD média de 2022 (BRL 5,16).

## FLORESTAS

(a partir do ano 2010)

US\$



**29,4 milhões**

**DE APOIO**

**21,6 mil**

hectares de

**RESTAURAÇÃO FLORESTAL**



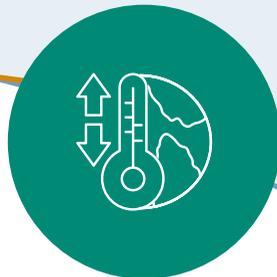
### EMPREENDIMENTOS NÃO APOIÁVEIS E APOIO CONDICIONADO

Nossa lista de exclusão e de apoio condicionado passa por aprimoramento contínuo para reforçar nosso pioneirismo no tema "clima". Contamos com diretrizes consolidadas para o apoio financeiro a frigoríficos, que incluem um sistema de rastreabilidade para acompanhamento socioambiental da cadeia de fornecimento.

O BNDES não apoia, entre outros projetos, a geração de energia termelétrica exclusivamente a carvão mineral ou a óleo derivado de petróleo, bem como investimentos relacionados ao uso de óleo derivado de petróleo, seja em projetos híbridos no âmbito do Sistema Integrado Nacional (SIN) ou em sistemas isolados.

Empreendimentos que dependem da madeira como principal matéria-prima podem ser apoiados quando a madeira for proveniente de floresta plantada. Nos casos em que a madeira seja derivada de mata nativa ou de empreendimentos associados à exploração de vegetação primária ou de espécies nativas, o apoio é condicionado à existência de um plano de manejo florestal sustentável.





# COMPROMISSO CLIMÁTICO DO BNDES

Nosso compromisso é o alinhamento contínuo ao Acordo de Paris, para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, contribuindo para a neutralidade do Brasil em 2050 e potencializando investimentos para a transição climática justa no país.

# Frentes de atuação

## 1 – AMPLIAÇÃO DO FINANCIAMENTO E DO ENGAJAMENTO DE CLIENTES

Ampliar o financiamento e o engajamento de clientes (e suas cadeias produtivas) para transição climática justa, contribuindo para evitar emissões e reduzir emissões de nossa carteira. Nesse sentido, atuaremos por meio de nossos produtos, tais como crédito e financiamento, estruturação financeira e de projetos, participações e títulos, garantias e apoio não reembolsável.

## 2 – ALINHAMENTO DE NOSSAS ATIVIDADES AO ACORDO DE PARIS

Implementar aprimoramentos de gestão para nosso alinhamento às boas práticas internacionais e melhoria na gestão da carteira:

- \* classificação dos projetos com base na nossa taxonomia verde;
- \* escopo do inventário de carbono ampliado;
- \* aprimoramento da calculadora de emissões evitadas;
- \* gestão de risco climático; e
- \* atualização de políticas e estratégias.

## 3 – ARTICULAÇÃO COM DIVERSOS ATORES E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Aumentar a articulação nacional e no exterior, por meio do relacionamento com partes interessadas estratégicas e da participação em eventos nacionais e internacionais, como os da Organização das Nações Unidas (ONU) e do G20, condizente com um papel de liderança do Brasil no que se refere à transição climática justa. Dar continuidade à produção de conhecimento, considerando a elaboração de publicações e a realização de seminários e eventos.

## 4 – VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Atrair recursos concessionais e privados para o interesse público e diversificar nossas fontes de recursos nacionais e internacionais, com foco na redução do custo de captação e das taxas aos clientes, por meio de parcerias, captação e gestão de recursos e instrumentos como títulos verdes e sustentáveis.

# Oportunidades de investimentos alinhados ao Acordo de Paris

## BIODIVERSIDADE

Fomentar a conservação, o uso sustentável e a restauração da biodiversidade, com apoio às políticas nacionais e subnacionais e a projetos alinhados à biodiversidade para preservação e oferta de água, tratamento de esgoto, controle da poluição industrial, gestão de resíduos, conservação e uso sustentável de recursos naturais e microfinanças para produtores rurais sustentáveis.

## ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Enfrentar efeitos atuais e esperados da mudança climática, com apoio à implementação de políticas nacionais ou subnacionais e iniciativas para preservação da água; adaptação na agricultura, nos recursos naturais e no ecossistema; proteção das costas; e outras formas de redução de riscos de desastres.

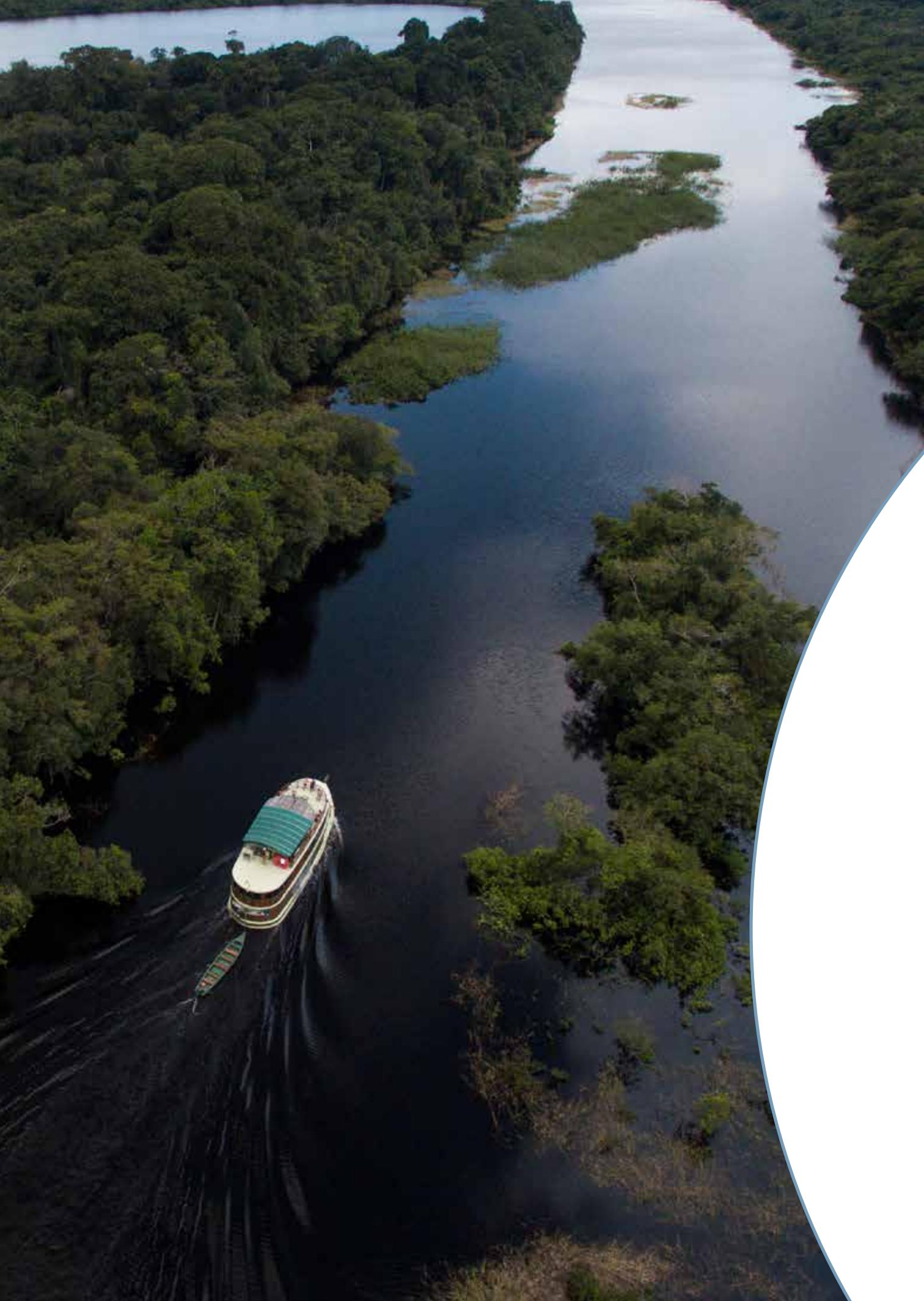
## MITIGAÇÃO CLIMÁTICA

Reduzir ou evitar emissões de GEE e aumentar o sequestro de GEE, contribuindo para a estabilização desses gases na atmosfera em um nível consistente com a meta de temperatura de longo prazo do Acordo de Paris. Isso envolve:

- atividades totalmente consistentes com a trajetória de descarbonização a longo prazo, como restauração e conservação florestal e uso de fontes de energia renovável;
- atividades de transição, tecnologias temporárias consistentes com a trajetória de descarbonização a médio prazo, como aprimoramento de eficiência energética na indústria que usa combustíveis fósseis direta ou indiretamente; e
- atividades habilitadoras, que são instrumentos para possibilitar mitigação em outras atividades, como produção e desenvolvimento de tecnologias de baixa emissão.

## PERDAS E DANOS

Lidar com os impactos negativos econômicos e não econômicos da mudança climática, como aumento do nível do mar, ondas de calor prolongadas, desertificação, acidificação dos oceanos e eventos extremos. Com a crise climática, esses episódios acontecem com mais frequência e as consequências vão se tornando mais severas.





# ROTA PARA UMA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA JUSTA

## Contexto nacional e mundial

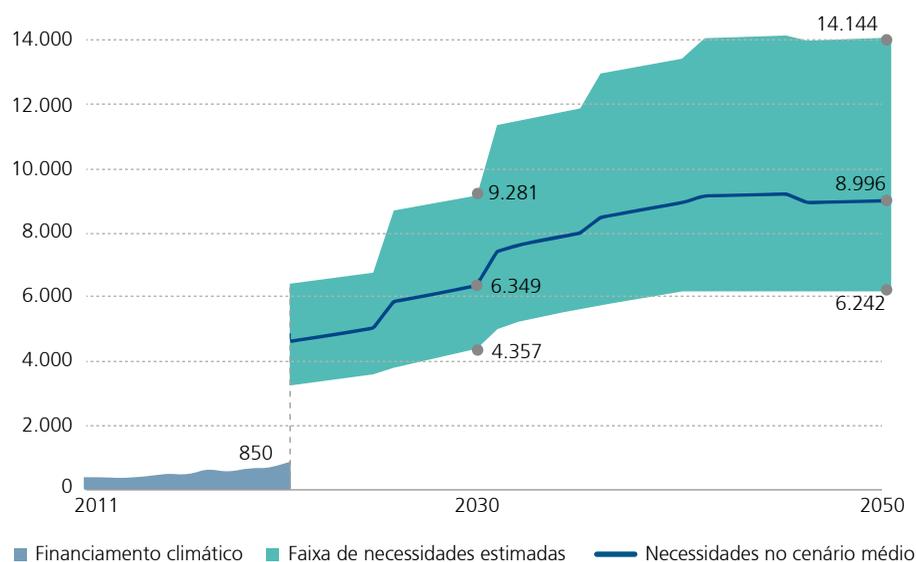
### COMPROMISSO NACIONAL COM AGENDA CLIMÁTICA E COORDENAÇÃO COM AÇÃO INTERNACIONAL

- \* Cenários indicam que as NDCs e políticas em curso no mundo não são suficientes para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C.
- \* As NDCs brasileiras se diferenciam por definir metas para toda a economia. O governo brasileiro demonstra compromisso para acelerar a neutralidade até 2050.
- \* O Brasil anunciou revisão para metas mais agressivas das NDCs na Cúpula da Ambição Climática da ONU (20.9.2023): reduzir as emissões, em relação a 2005, em 48% até 2025 e em 53% até 2030.
- \* O BNDES tem papel central em acelerar investimentos e reduzir seus riscos para uma transição justa, alavancando fluxos de capital público e privado para cumprir o Acordo de Paris.

## DISPONIBILIDADE DE *FUNDING* NO EXTERIOR E NO BRASIL

- \* Estima-se necessidade anual de investimentos climáticos nos países em desenvolvimento (desconsiderada a China) de mais de US\$ 1 trilhão a partir de 2025 e de mais de US\$ 2 trilhões a partir de 2030.<sup>3</sup> No Brasil, essa necessidade é de cerca de 0,5% do produto interno bruto (PIB).<sup>4</sup>
- \* Existe *gap* de recursos para investimentos em mitigação e adaptação, o que demanda redirecionamento de fluxos financeiros. Segundo a Climate Policy Initiative (CPI), fluxos globais para financiamento climático devem aumentar em pelo menos cinco vezes até 2030.
- \* Espera-se que a oferta de recursos internacionais e nacionais para o clima continue aumentando, com a mobilização de governos, organizações multilaterais, fundos de pensão, filantropias, entre outros.

GRÁFICO 1 • Fluxos globais para financiamento climático e necessidade anual de investimento climático até 2050 (US\$ bilhão)



Fonte: Adaptado de Climate Policy Initiative. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-a-decade-of-data>.

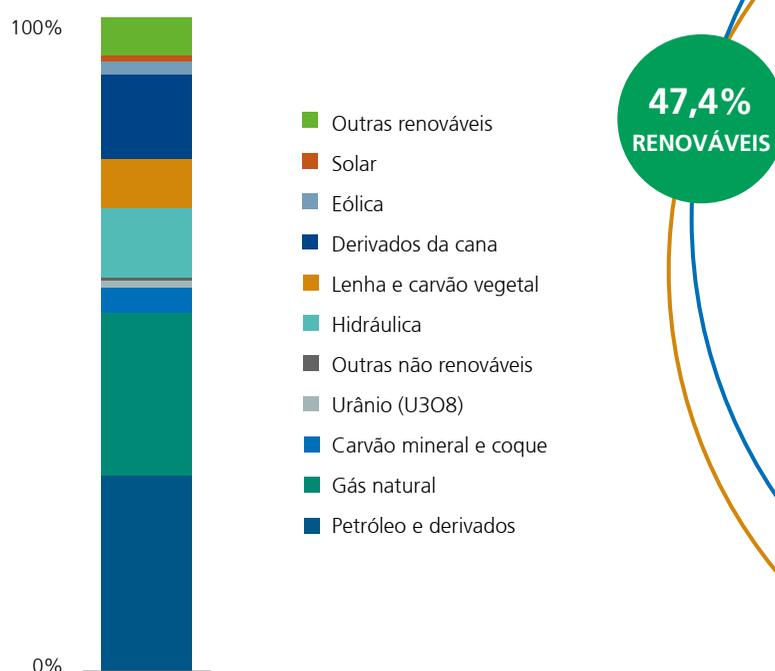
<sup>3</sup> Songwe, Stern e Bhattacharya – *Finance for climate action: scaling up investment for climate and development*. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2022/11/HLEG-Finance-for-Climate-Action-1.pdf>.

<sup>4</sup> World Bank Group – *Brazil country climate and development report*. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/a713713d-0b47-4eb3-a162-be9a383c341b>.

## SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DESENVOLVIDAS E DISPONÍVEIS NO BRASIL

- \* O Brasil mantém e amplia competitividade via matriz energética renovável – 47,4% da matriz energética e 88% da matriz elétrica – e pela capacidade em ofertar biocombustíveis e soluções, como biogás e biometano.
- \* O Brasil tem um imenso ativo florestal e de biodiversidade. Isso nos impõe esforços voltados a sua conservação e seu uso sustentável, além de gerar grande oportunidade de captação de recursos para o país.
- \* O controle do desmatamento é chave para o Brasil atender ao Acordo de Paris, mas a atenção a outros setores também é importante, especialmente indústria e transporte.
- \* As soluções de transição, como gás natural e investimentos de eficiência energética, são essenciais para a descarbonização de curto prazo.
- \* Já existem tecnologias disponíveis para acelerar a transição climática até 2030, mas investimentos no desenvolvimento tecnológico são necessários para viabilizar soluções de longo prazo, como hidrogênio de baixo carbono, sistemas agroflorestais (SAF), *diesel* verde, metanol verde, eólica *offshore* e captura de carbono.

GRÁFICO 2 • Matriz energética brasileira (2022)



Fonte: Adaptado de Empresa de Pesquisa Energética – BEN: Relatório Síntese 2023, ano base 2022. Disponível em: [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN\\_S%C3%ADntese\\_2023\\_PT.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN_S%C3%ADntese_2023_PT.pdf).

# Diretrizes transversais de nossa rota para transição justa

Destacam-se as seguintes contribuições do BNDES de forma alinhada ao Acordo de Paris:

## Mitigação climática

Atuamos na mitigação das mudanças climáticas nos mais diversos setores – energia, logística e mobilidade urbana, mudanças no uso da terra e florestas (MUTF), agropecuária, indústria e saneamento. Nossos esforços contribuem para expansão de energias renováveis, aumento da eficiência energética, descarbonização da indústria e do transporte, entre outras frentes. Essa agenda de descarbonização inclui incentivar o desenvolvimento de máquinas e equipamentos mais eficientes que impulsionem o processo de transição energética.

## Biodiversidade

Atuamos na conservação, no uso sustentável e na restauração da biodiversidade. É parte de nossa estratégia apoiar a restauração florestal dos biomas nacionais e a proteção da biodiversidade, dos rios, dos lagos e dos oceanos.

## Adaptação climática

As mudanças do clima já produzem diferentes impactos socioeconômicos, e os esforços para sua mitigação podem exigir tempo para gerar resultados. Isso torna os temas “adaptação” e “aumento de resiliência às mudanças climáticas” cada vez mais relevantes. Nossa atuação se dá em linha com as políticas públicas nacionais, como o Plano Nacional de Adaptação (PNA), e com o direcionamento de capital para setores e tecnologias de adaptação prioritários. Vamos apoiar ações de adaptação de municípios e estados na elaboração e implementação de planos de infraestrutura, em especial nas áreas urbanas mais vulneráveis, e na promoção do desenvolvimento urbano resiliente, com foco em soluções baseadas na natureza. Vamos incluir mitigantes de riscos climáticos nas modelagens de projetos de infraestrutura, sobretudo para os riscos físicos relacionados a enchentes, inundações e deslizamentos.

## PRÁTICAS LIGADAS A CLIMA E BIODIVERSIDADE INTEGRANTES DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

- Redução de emissões de GEE e aumento de emissões evitadas.
- Ampliação de investimentos para adaptação e maior resiliência climática.
- Conservação e restauração da Amazônia e dos demais biomas brasileiros e de sua biodiversidade.
- Geração de renda e de mais e melhores empregos verdes.
- Aumento de competitividade com ampliação da oferta de energia renovável e de produtos e serviços verdes, incluindo promoção da bioeconomia.
- Desenvolvimento de novas tecnologias verdes e adensamento tecnológico.
- Descarbonização da mobilidade urbana.
- Aumento de fluxos de recursos para o Brasil.
- Fomento a ações para recuperação e compensação de perdas e danos sociais e econômicos resultantes de eventos climáticos extremos ou outros efeitos das mudanças climáticas.

No BNDES, estruturamos e apoiamos financeiramente projetos voltados às questões climáticas, buscando:

- Descarbonização da economia.
- Desenvolvimento e implantação de tecnologias de baixo carbono, com adensamento tecnológico e eficiência energética.
- Geração de renda e empregos verdes.
- Restauração florestal dos biomas nacionais e proteção da biodiversidade, inclusive dos rios, lagos e oceanos.
- Bioeconomia florestal e adoção de bioinsumos.
- Desenvolvimento de soluções para apoio à adaptação a mudanças climáticas e situações emergenciais relacionadas a eventos climáticos.







## Mudanças de uso da terra e florestas



### REDUÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO

1. Apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento ilegal.
2. Apoiar ações voltadas para a redução dos índices de ilegalidade na cadeia florestal.
3. Fomentar a regularização fundiária e ambiental das posses e propriedades rurais.
4. Desenvolver e promover ações voltadas para a conservação, preservação e valorização de todos os biomas.



### RESTAURAÇÃO FLORESTAL

1. Apoiar a recuperação de florestas nativas, mananciais e bacias hidrográficas.
2. Viabilizar e dar escala a iniciativas de recuperação de áreas degradadas, em parceria com governo e outros atores.



### BIODIVERSIDADE

1. Contribuir para a ampliação da agenda de conservação e exploração sustentável da biodiversidade, incluindo a bioeconomia florestal e suas diversas atividades relacionadas.



### COMUNIDADES TRADICIONAIS, INDÍGENAS, ASSENTAMENTOS E AGRICULTURA FAMILIAR

1. Mobilizar recursos para financiar atividades produtivas sustentáveis, com geração de renda para inclusão econômica e social.
2. Fomentar agricultura regenerativa e de baixo carbono.
3. Fomentar a implantação de sistemas agroflorestais (SAF).



## Energia

1. Modernizar e descentralizar a matriz e contribuir para a neutralidade de emissões de carbono.
2. Apoiar a digitalização, a eficiência, a difusão das renováveis, a modernização de ativos e a resiliência à disponibilidade de recursos naturais.
3. Desenvolver novas soluções para apoio a geração distribuída e eficiência energética.
4. Fomentar a geração de energia renovável e projetos de hidrogênio de baixo carbono, alavancando o potencial da matriz energética limpa.
5. Incentivar inovação em tecnologias de energia limpa.
6. Estimular geração distribuída para descarbonização de sistemas isolados e remotos.
7. Contribuir para viabilização de projetos-piloto de sistemas de armazenamento de energia.
8. Não apoiar novas operações de geração exclusivamente a carvão mineral ou a óleo derivado de petróleo e produção de carvão mineral destinado a termelétricas, sem prejuízo de demais vedações previstas na lista de exclusão.
9. Incentivar a descarbonização da produção (captura, uso e armazenamento de carbono – CCUS –, eletrificação de plataformas, fechamento de *flare*, eficiência energética).

10. Estimular ações de complementaridade entre gás natural, biogás/ biometano, hidrogênio e outros combustíveis.
11. Promover tecnologias CCUS nas atividades de biogás/biometano, que possibilitem emissões negativas.
12. Favorecer a inovação e a produção de combustíveis sustentáveis: *diesel* verde ou *diesel* hidrogenado renovável (HVO); *e-fuels*; bioquerosene (BioQAV) ou *sustainable aviation fuel* (SAF); combustíveis sintéticos; metanol verde; produção de hidrogênio de baixo carbono.
13. Implantar biorrefinarias e expandir/requalificar refinarias existentes.
14. Promover sinergia e transbordo de *know-how* do setor de petróleo e gás (P&G) em mar para geração eólica e solar *offshore*, utilizando a indústria naval e a navegação de apoio a plataformas.
15. Apoiar a conversão de campos de P&G exauridos em locais de armazenamento de gás natural ou de CO<sub>2</sub>.
16. Apoiar ações de economia circular, tais como: redução de impactos ambientais na fase de descomissionamento dos campos de produção, destinação e desmantelamento de plataformas e seus efluentes.



# Indústria e agropecuária



## INDÚSTRIA

1. Promover a descarbonização industrial por meio das seguintes frentes: eficiência energética nos processos produtivos, troca de fontes de energia por fontes renováveis, substituição de matérias-primas por alternativas menos intensivas em carbono e/ou biológicas, eletrificação e digitalização, captura de carbono e economia circular.
2. Incentivar a estruturação de cadeias de produção relacionadas às rotas tecnológicas da economia verde.
3. Fomentar o desenvolvimento e o adensamento das cadeias produtivas de minerais e metais essenciais para as tecnologias da economia verde, como cobre, lítio, níquel etc.
4. Apoiar a cadeia de produção de veículos bioeletrificados.
5. Apoiar a formulação e difusão de políticas públicas de descarbonização veicular, com especial ênfase na bioeletrificação.
6. Impulsionar a sustentabilidade e a competitividade da produção de biocombustíveis.



## AGROPECUÁRIA

1. Promover a sustentabilidade e a competitividade da produção de alimentos e produtos originados a partir da biomassa, como agropecuária de baixo carbono e de precisão, produção e uso de bioinsumos e biofertilizantes, estimulando ganhos de eficiência energética e produtiva, além de impactos positivos em aspectos climáticos.
2. Apoiar a redução de emissões de carbono e metano associados à pecuária bovina, por meio de iniciativas como maior rastreabilidade do rebanho e redução da produção de gases na digestão bovina; o reaproveitamento do metano associado para produção de biogás; e a criação de ferramentas para mensuração e certificação de emissões na produção de carne e leite bovinos.
3. Fomentar sistemas agroflorestais (SAF), sobretudo na Amazônia.
4. Restaurar áreas degradadas.



## Logística e mobilidade urbana e saneamento

### LOGÍSTICA E MOBILIDADE URBANA



1. Promover o uso de fontes de combustível limpas, a integração modal e a resiliência.
2. Fomentar e apoiar projetos de mobilidade urbana para implantação de sistemas de média e alta capacidade e baixa emissão, com incentivos ao aumento da qualidade dos serviços (descarbonização, aumento de eficiência energética, redução de tempo de deslocamento e de custos com acidentes), além de projetos de infraestrutura ciclovária.
3. Incentivar a descarbonização da mobilidade urbana, incluindo a eletrificação e/ou a hibridização de frotas.
4. Fomentar e apoiar investimentos estruturantes em logística que contribuam para a redução de emissões.
5. Estimular a eletrificação e o aumento da malha logística ferroviária e hidroviária.
6. Propiciar o equilíbrio da matriz de transportes, com desenvolvimento do transporte ferroviário, de cabotagem, dutoviário e hidroviário.



### SANEAMENTO

1. Fomentar e apoiar projetos de aproveitamento do biogás e geração de energia – captura e uso do metano.
2. Promover ações de economia circular e iniciativas de geração zero de resíduos e de compostagem.
3. Incentivar a eliminação de lixões e a gestão sustentável de resíduos sólidos.

# GOVERNANÇA

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do BNDES é uma norma de conteúdo programático e estratégico, de caráter transversal e abrangente, e tem sua estratégia de execução consolidada em planos de implementação trienais. O Banco foi pioneiro com sua primeira política de 2010.

A PRSAC estabelece as bases, os princípios e o direcionamento para nossa atuação em sustentabilidade. Nossos compromissos estão ali sintetizados, orientando nossas práticas cotidianas e nossa capacidade de responder às demandas de partes interessadas, entre elas o Conselho Monetário Nacional (CMN) no papel de regulador.

Entre suas diretrizes está o estímulo à adoção de melhores práticas de responsabilidade social, ambiental e climática por nossos fornecedores, clientes, instituições financeiras credenciadas e demais parceiros, contribuindo para o avanço do desenvolvimento sustentável.

A fim de cumprir as diretrizes estabelecidas na PRSAC, nossas equipes atuam com o suporte de times especializados nos temas socioambiental e climático. Em 2023, foram fortalecidas estruturas dedicadas ao tratamento desses temas, com destaque para a criação do Departamento de Clima (DCLIMA) dentro da Área de Transição Energética e Clima. Com uma atuação transversal a todas as áreas do Banco, o DCLIMA é uma estrutura de governança específica para lidar com a agenda de mudanças climáticas, algo pioneiro nas empresas brasileiras e inédito na trajetória do Banco.

O monitoramento da PRSAC, entre outros aspectos, envolve o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC), responsável pelo assessoramento do Conselho de Administração. Já o Comitê de Sustentabilidade (CS) tem por objetivo promover a integração das dimensões social, ambiental, climática, de governança e territorial nas políticas, processos, práticas e procedimentos do Sistema BNDES, tendo sua atuação orientada pela Diretoria Executiva.

# Governança de sustentabilidade do BNDES

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (CRSAC)

Monitora a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)

## DIRETORIA

### COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE (CS)

Promove a integração das dimensões social, ambiental, climática, de governança e territorial nas políticas, processos, práticas e procedimentos do BNDES

## ÁREAS (unidades fundamentais do BNDES)

### DEPARTAMENTO DE CLIMA (DCLIMA)

Trata da agenda de mudanças climáticas no BNDES, de maneira transversal a todas as áreas do Banco

### POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA (PRSAC)

Estabelece bases, princípios e direcionamento para a atuação do BNDES em sustentabilidade

# AGENDA EM IMPLEMENTAÇÃO NO BNDES



## AMPLIAÇÃO DO FINANCIAMENTO E DO ENGAJAMENTO DE CLIENTES

- » Ampliar o apoio a projetos com foco ambiental e climático
  - AUMENTO DE 20% ↑ na quantidade de operações de economia verde aprovadas em 2023 em relação à média de 2019 a 2022
- » Aumentar o engajamento de clientes
  - SEMINÁRIOS DE DESCARBONIZAÇÃO com representantes da indústria e da academia

## ALINHAMENTO DE NOSSAS ATIVIDADES AO ACORDO DE PARIS

- » Implementar continuamente a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do BNDES (Plano 2022-2024)
  - INVENTÁRIO DE GEE no estoque de operações
  - METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO de risco climático das operações diretas
- » Executar o Projeto Corporativo 2023-2024 “Fortalecimento da Gestão Social, Ambiental e Climática do BNDES”
  - USO DO MAPBIOMAS com a plataforma operacional do BNDES para monitorar desmatamento nos projetos financiados

## ARTICULAÇÃO COM DIVERSOS ATORES E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

» Expandir a participação do BNDES em contribuições para políticas públicas e em eventos sobre mudanças climáticas

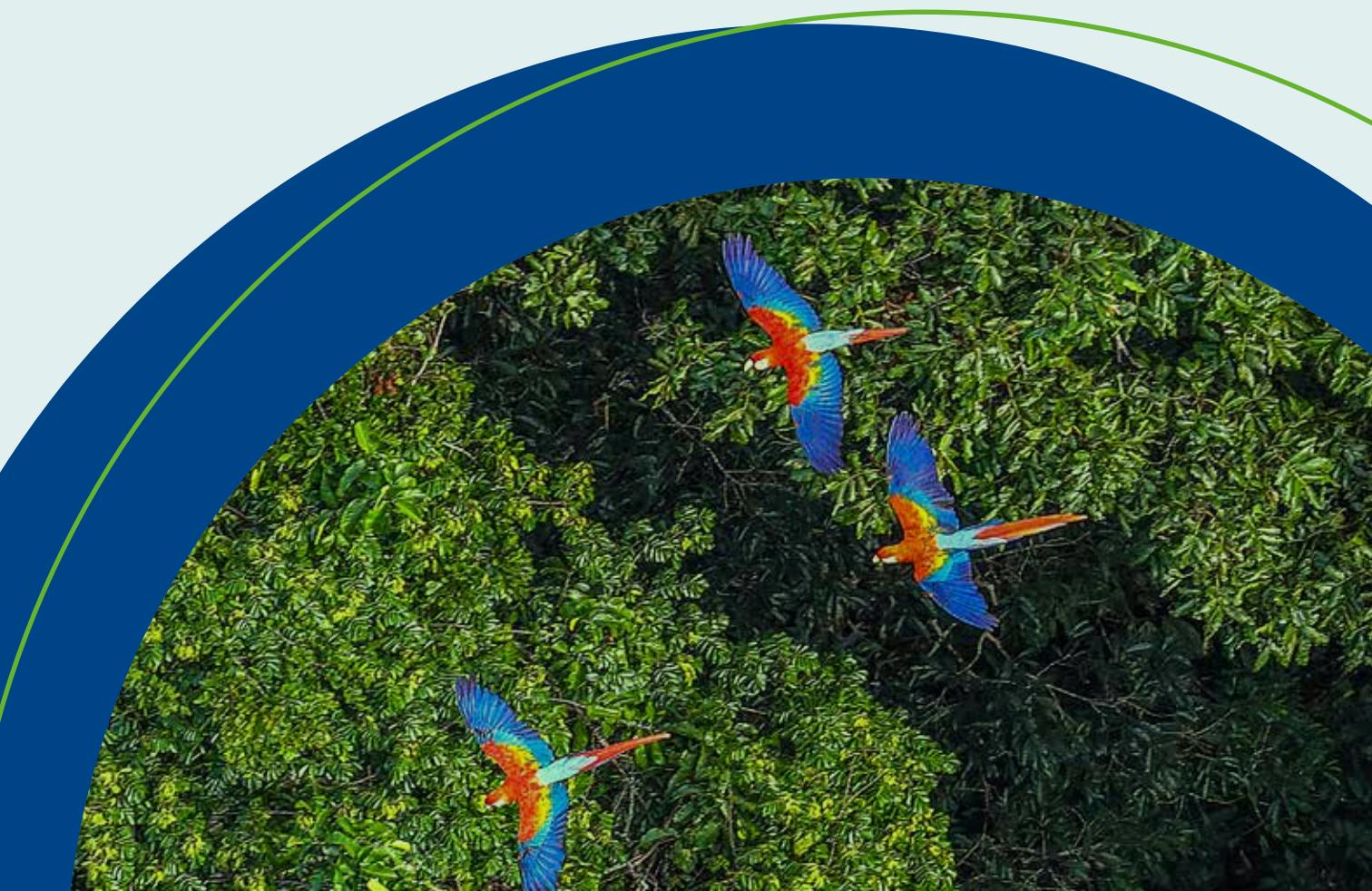
CONTRIBUIÇÃO PARA:  
Plano de Transição Climática,  
Política Industrial, PL do Mercado de Carbono, Taxonomia Brasileira

PARTICIPAÇÃO DO BNDES  
na COP 28, no G20 e na  
Cúpula da Amazônia

## VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

» Ampliar captações, no Brasil ou no exterior, de recursos concessionais

NOVAS CAPTAÇÕES  
para o Fundo Amazônia  
e o Fundo Clima





SAIBA MAIS SOBRE NOSSAS  
INICIATIVAS E PROJETOS EM:

[www.bndes.gov.br/clima](http://www.bndes.gov.br/clima)



### EDIÇÃO

Departamento de Comunicação

Gabinete da Presidência

### COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Departamento de Clima ([dclima@bndes.gov.br](mailto:dclima@bndes.gov.br))

Área de Transição Energética e Clima

Novembro de 2023



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO,  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO  
E SERVIÇOS

